



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A NECESSIDADE DE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Uilma Silva Serra ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender o contexto histórico entre o século XVII e meados do século XIX sobre como eram tratadas as pessoas com deficiências, bem como pretende entender o processo educacional destinado ao público que apresenta necessidades educacionais especiais presentes nas escolas de ensino regular da educação básica. Além disso, refletir sobre o processo de formação de professores, sua relação e percepção dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, investigando os fatores que podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem com destaque para a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como também ao desenvolvimento de competências e habilidades que são necessárias para lidar com a complexidade do contexto educacional frente as novas demandas do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Educação, Pessoas com deficiência, Formação de professores.

1. INTRODUÇÃO

O contexto educacional vem sofrendo mudanças constantemente, uma vez que o mundo contemporâneo tem exigido que os profissionais sejam flexíveis, articuladores e compreensíveis, para que estas funções sejam desempenhadas de maneira satisfatória. Diante disso, surge a necessidade, cada vez mais, do aprimoramento e formação continuada para que o professor possa desenvolver habilidades e criar estratégias que são essenciais no processo de ensino e aprendizagem.

A discussão sobre educação para pessoas com deficiências tem ganhado cada vez mais espaço, uma vez que os documentos normativos instituídos garantem o acesso, adequação e permanência destes nos ambientes escolares e sociais. O que tem colaborado para que os docentes tenham um novo olhar sensível e cuidadoso para o planejamento, adequando o material de estudo, criando estratégias e metodologias para atender as demandas dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

¹ Graduada em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Estado do Ceará campus Juazeiro do Norte - CE; Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Clínica pela Faculdade de Ciências da Bahia – (FACIBA) – BA, mariauilma03@gmail.com;



Um dos debates e dilemas nesse novo aspecto é que os professores não se sentem preparados para lecionar para esse público. O sentimento de insegurança, medo, angústia, devido a sua formação inicial, interfere no seu processo de formação para lidar com a complexidade da diversidade, de modo que o mesmo consiga desempenhar a sua função de forma consistente e efetiva.

Para tanto, este artigo tem como propósito compreender o contexto histórico de como a pessoa com deficiência era tratada, bem como tenta refletir sobre o processo de formação do docente, investigando quais são as dificuldades que permeiam o processo educacional, com destaque ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a relação entre os professores. Com isso, nos tópicos seguintes será exposto os objetivos, a justificativa, a metodologia, o referencial teórico, resultados, considerações finais e as referências bibliográficas.

2 OBJETIVO GERAL

Investigar as dificuldades e limitações no processo de formação de professores e sua relação com estudantes com necessidades educacionais especiais.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o contexto histórico em relação a maneira de como eram tratadas as pessoas com deficiências.
- Investigar o processo de formação inicial do docente.
- Refletir sobre a percepção dos professores frente a estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Analisar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3. JUSTIFICATIVA

Diante da trajetória educacional, cada período sofre mudanças significativas na forma de atuação e percepção do contexto político, social, cultural e histórico. Desse modo, a educação para pessoas com deficiências é fruto de muita luta, resistência, segregação, preconceitos que permeiam o contexto educacional e social.

Com bases nestas informações, este artigo tem como objetivo delinear o período histórico de como eram tratadas as pessoas com deficiências, observando os avanços e retrocessos no cenário educacional. Ademais, busca-se compreender o processo de formação



docente frente às demandas do mundo contemporâneo, analisando como acontece a sua relação e percepção com o estudante com necessidades educacionais especiais.

O presente artigo resulta de um longo processo de levantamento bibliográfico, uma vez que a construção teórica metodológica que subsidia o trabalho busca compreender como esse público alvo é percebido e quais são as necessidades por recursos, metodologias e a importância do Atendimento Educacional Especial (AEE) bem como sua relação entre o professor do ensino regular e o professor do AEE.

4. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se, do ponto de vista da natureza, como pesquisa básica cujo objetivo é gerar novos conhecimentos úteis sem a aplicação prática.

Quanto aos meios de investigação, caracteriza-se como pesquisa bibliografia, pois esta foi elaborada a partir do material já publicado em livros, sites, periódicos e artigos científicos.

Levando em consideração os objetivos, definimos como uma pesquisa exploratória uma vez que a investigação aconteceu por meio de levantamento bibliográfico, buscando explorar o contexto histórico da educação para pessoas com deficiências, bem como o processo de formação docente.

Quanto a forma de abordagem classificamos como uma pesquisa qualitativa uma vez as informações obtidas não podem ser quantificáveis.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Contexto histórico

É preciso compreender o contexto histórico sobre como as pessoas com deficiências foram tratadas, pois por diversos momentos ao longo dos tempos, tivemos períodos marcados por discriminação, exclusão, segregação e barbáries.

Segundo o artigo 1º da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências:

Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (2007,p. 16).



Ao longo do processo histórico, as formas de tratamento perpassam por um caminho de exclusão, segregação, integração e inclusão que explica como a sociedade lida com as pessoas com deficiência. O processo de exclusão acontecia devido a alguma anormalidade física, mental ou intelectual de uma pessoa com deficiência, de modo que eram vistas pela sociedade como algo inaceitável e não que traria contribuição social. A segregação acontecia devido não se ter condições adequadas na escola regular para atender a demanda de pessoas com deficiência. Além disso, a criação de instituições possibilitou o acesso (mesmo que precário) ao ensino, bem como evidenciou todo o aspecto segregacionista de alguns setores, principalmente na utilização de mão-de-obra uma vez que desconsiderava a capacidade de atuação das pessoas com deficiências.

As evidências com relação ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais que apresentavam algum tipo de deficiência são datadas no século XVIII. Antes disso, na Roma, principal local de horrores e atrocidades cometidas com crianças que apresentava algum tipo de deficiência, assim como os egípcios, foram os responsáveis por matar crianças tendo como justificativa a crença de purificação da alma. Na Europa, durante a Idade Média, os deficientes eram associados aos demônios e aos atos de feitiçaria, com isso eram perseguidos e mortos. Na Idade Moderna, por mais que se tenha criado instituições de atendimento, ainda assim apresentava uma visão patológica e equivocada do indivíduo com deficiência. É notório que ao longo do decurso a aceitação de pessoas com deficiências passou por grandes resistências e atrocidades por parte da humanidade.

Entre o século XVII e meados do século XIX, com a iniciação da fase de institucionalização, as pessoas com deficiências eram colocadas em orfanatos, manicômios, entre outros, que tinha por objetivo excluí-los do convívio social. Após a sociedade ir tomando consciência da importância de prestação de serviço e apoio, foi então que surgiu algumas instituições com um caráter assistencialista, oferecendo abrigo e alimentação com intuito de protegê-los.

Segundo Marques:

A Modernidade, descrita por Foucault (1989) e Bauman (1998) como sociedade disciplinar ou normalizadora pode ser compreendida como um ambiente de sucessivos confinamentos, cada qual com suas próprias leis e sanções disciplinadoras. A instituição da norma absolutiza atitudes e pensamentos e o controle passa a ser uma questão de estar “dentro” ou “fora” dos padrões estabelecidos como normas. Assim, no cenário do mundo moderno, “a exclusão social se manifesta como formação ideológica dominante, onde o sujeito com deficiência é o principal personagem, já que os seres humanos são calcados na dicotomia de certo e errado, bom ou ruim, normal ou anormal” (MARQUES; MARQUES, 2003, p. 227).



Sendo assim, é indiscutível que o contexto histórico é repleto de situações de segregação, violência, discriminação e preconceitos devido a deficiência ser entendida como um desvio da normalidade, uma vez que sociedade cria padrões e modelos que são ideologicamente definidos com normais.

Após diversos momentos de luta para a conquista de direitos e espaços na sociedade, inicia-se, mesmo que de forma lenta, o processo de integração da pessoa com deficiência. Apesar do cenário ainda não condizente, existiam os atendimentos especializados que funcionavam com o intuito de complementar a aprendizagem do ensino regular, introduzindo um novo olhar e dinâmica no ensino para pessoas com deficiência, apesar de conter limitações e não ser tão efetivo, devido que os recursos e metodologias não serem suficientes para atender aos diferentes tipos de deficiência naquele momento.

Os debates e opiniões expressas sobre a temática da Educação Especial tem contribuído para um cenário educacional mais inclusivo, por mais que existam ainda vários posicionamentos que precisam ser analisados e debatidos, por exemplo, a influência do contexto social, histórico e cultural. Diante disso, a comunidade escolar tem sido um ambiente de construção de novos saberes e ideias que proporciona um maior esclarecimento e quebra paradigmas no aspecto educacional e social, mas ainda há muito o que ser discutido, em um longo percurso de modo que se entenda as possibilidades e potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Um importante marco referencial, fruto de muita luta², foi a Conferência Mundial sobre Educação Especial realizada na cidade de Salamanca, na Espanha em 1994, em que a partir disso resultou na Declaração de Salamanca, documento que reforça o direito à uma educação de qualidade, reafirmando a importância de discussões e debates sobre as deficiências e necessidades educacionais, bem como as escolas em relação à sua organização e capacidade para atender a todos.

Com isso, precisamos compreender e refletir a importância de se ter hoje a Educação Especial com uma modalidade de ensino, assim como considerar o processo de formação dos professores, uma vez que é de extrema importância abranger um ensino e aprendizagem de forma que favoreça todos os envolvidos no processo educacional.

² A educação foi marcada por momentos que inviabilizaram o acesso de pessoas com deficiências ao ensino regular, como também os preconceitos e as formas de pensamentos equivocados contribuiu para a segregação e exclusão desse público em alguns períodos. Com isso, os debates tinham como objetivo a articulação e defesa de uma educação como direito de todas e todos.



Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com os avanços educacionais que vem ocorrendo ao longo da história e suas transformações na forma de lidar com diversidade, é preciso refletir sobre a formação dos professores quanto a utilização de metodologias e aperfeiçoamento voltados para os estudantes com necessidade educacionais especiais, além de identificar quais são as limitações e dificuldades no processo educacional, dando destaque a relação entre o professor de ensino regular juntamente com o professor do Atendimento Educacional especializado (AEE).

5.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Para os estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino, o suporte e recursos adequados são ofertados pelo Atendimento Educacional Especializado(AEE), caracterizado com um serviço de apoio a sala regular de ensino, tendo como objetivo identificar, auxiliar e desenvolver estratégias e mecanismos pedagógicos que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem do estudante. Para tanto, é imprescindível que o profissional que atua nesse espaço mantenha um diálogo construtivo e recorrente com o professor da sala regular de ensino, uma vez que é nesse processo que se possibilita um ensino e aprendizagem mais efetivo.

A Resolução nº 4, de 2 de outubro 2009, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial em seu artigo 2, direcionada à função do AEE, quando afirma que:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Ainda segundo a resolução, uma das atribuições do professor do AEE, é:

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

É notório a importância de comunicação entre o professor regente e o professor de atendimento educacional especializado (AEE), para que seja realizado um alinhamento de ideias, propostas, atitudes e planejamentos de modo que favoreça o ensino aprendizagem dos estudantes. Quando essa relação acontece, de modo desconexo ou até mesmo inexistente, ocorre um desajuste e acarreta sérias consequências na aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. A partir da compreensão e percepção, pode-se estabelecer estratégias que fortaleçam e auxiliem em um diálogo construtivo visando o melhor para a aprendizagem do aluno com deficiência.

5.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para tanto, é preciso compreender as responsabilidades do professor do ensino regular, bem como a importância da sua atuação na construção de uma aprendizagem sólida e firme, tendo como referencial a articulação por meio da ação reflexão teórico prática. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) no artigo 13, uma das incumbências dos docentes é “zelar pela aprendizagem do aluno”. A partir disso, é imprescindível que o professor seja comprometido, articulado e esteja aberto a aderir a métodos de ensino que propiciem um momento de construção e troca de saberes entre os alunos, uma vez que a cada dia as exigências do mundo moderno requerem que os educadores busquem aprimoramento e tenham uma formação continuada, para que possa desenvolver habilidades e competências que são essências para o contexto educacional.

Um dos pontos a ser destacado é o processo de formação inicial deste profissional, uma vez que se deve analisar o contexto, as dificuldades, as premissas, os anseios, modelo educacional e expectativas criadas, a partir da trajetória que contribuiu e influencia/ou na tomada de decisão e atitudes dos professores para desenvolvimento de sua função.

Segundo a Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior (2020) são dois aspectos que devem ser levados em consideração, quando afirma que:

É certo que há uma enorme distância entre o perfil de professor que a realidade atual exige e o perfil de professor que a realidade até agora criou. Essa circunstância provoca a necessidade de muito investimento na formação profissional.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(1996) destina um capítulo para a formação dos profissionais da educação no artigo 61, expressando que:



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Portanto, é fundamental que o profissional atenda aos objetivos estabelecidos atendendo a todos e buscando meios para promover um ambiente de sala de aula inclusivo, de respeito mútuo, e que a metodologia seja favorável para proporcionar uma educação da qual o estudante torna-se um indivíduo crítico, autônomo e responsável.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do exposto, surge a necessidade do desenvolvimento de metodologias que atendam aos estudantes com necessidades educacionais especiais, uma vez que é preciso estruturar novas abordagens, recursos que sirvam de apoio para o entendimento e compreensão referente às necessidades dos alunos com deficiências, cultivando o respeito à diversidade e valorizando as potencialidades individuais de cada um para que estes possam despertar o sentimento de pertencimento social.

É fundamental que o modelo adotado pela escola proporcione um sentimento de inclusão e pertencimento ao aluno com deficiência, uma vez que são imprescindíveis para atender e lidar com as diferenças e limitações, respeitando a individualidade de cada ser e buscando melhorias para a educação de todos os envolvidos, criando e despertando um momento de troca de saberes na comunidade escolar, a partir do convívio com as diferenças sociais, econômicas, culturais, dentre outros aspectos. Outro fator essencial é a busca constante por parte do professor por informações, conhecimentos e metodologias que sirvam de apoio para traçar estratégias que irão nortear o processo educativo dos estudantes com necessidades especiais.

O papel do professor é fundamental, uma vez que o mesmo é o mediador do processo de ensinoaprendizagem e cria metodologias e práticas pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento integral do ser humano. É necessário superar a visão fragmentada e incoerente sobre a pessoa com necessidades especiais e considerar o cenário de possibilidades e potencialidades de cada ser, criando-se um ambiente escolar enriquecedor de vivências, experiências, saberes, conhecimentos a partir da construção coletiva, tendo como base o respeito à diversidade na comunidade escolar.



O percurso para buscar novas maneiras de ensino, requer por parte do professor um processo de investigação, curiosidade e imaginação aguçadas tendo como propósito solucionar situações que por vezes possam limitar a sua atuação pedagógica, explorando assim recursos e metodologias que favoreçam o processo de ensinoaprendizagem. Portanto, a educação inclusiva exige que os professores busquem conhecimentos, informações e que estes estejam abertos para lidar e aprender a trabalhar com as diferenças, de modo que repensem a sua prática pedagógica como ferramenta de construção social que está intimamente ligada às concepções política, social e cultural no contexto educacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o contexto histórico é repleto de situações de preconceitos e pensamentos equivocados sobre a pessoas com deficiência. Nota-se que a educação para esse público vem adquirindo mais abertura para discursões e enfrentamento de imposições sobre forma de atuação que caracterizaram em anos anteriores.

A construção e modelos impostos socialmente contribuem para a criação de padrões que devem ser seguidos e, que por vezes, considera a deficiência como anormalidade e inviabiliza o processo de construção e aceitação como um sujeito do processo educacional.

Outro fator pertinente no processo educacional é a formação inicial e continuada de professores, que necessitam cada vez mais de atualização e aprimoramento para lidar com as demandas características da diversidade presentes no ambiente escolar.

Vale ressaltar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como o diálogo entre o professor da sala regular de ensino e professor do AEE. Sendo assim, a criação de metodologias, planejamento e adequação de material de acordo com a especificidade de cada estudante, a fim de contribuir para que este indivíduo possa se desenvolver de acordo suas próprias potencialidades, tendo um olhar sensível e empático sob o sujeito em construção.

Portanto, é preciso que a reflexão teórica prática do docente esteja orientada por uma intensa curiosidade de obter conhecimento que atenda a todos. Desse modo, é de fundamental importância de compreender todo o contexto histórico que caracteriza a educação para pessoas com deficiências, tendo como contribuição os documentos normativos que propuseram uma educação de qualidade para todos.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

8. REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 16 junho de 2021.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso: 13 de agosto de 2021.

MARQUES, C.A.; MARQUES, L.P. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão.** IN: LISITA, V. e SOUSA, L. (Org.) Práticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.**

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 31 agosto de 2021.

PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2021.